

BC aumenta dívida pública interna para enxugar os dólares

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

O Banco Central (BC) vai vender, hoje, cerca de R\$ 4,8 bilhões no leilão semanal de bônus. A quantia é superior à de R\$ 4,5 bilhões de títulos que estão vencendo amanhã, data da liquidação financeira do leilão. Assim, o BC pretende enxugar mais um pouco do excesso de moeda que está circulando em razão do aumento do volume de fechamento de contratos de câmbio neste ano.

O efeito mais provável do leilão, porém, é um equilíbrio provisório da relação entre reservas de títulos públicos em poder do mercado. Afinal, a diferença entre a colocação e o resgate é apenas ligeiramente superior ao saldo de um bom dia no câmbio, que está em US\$ 200,5 milhões neste mês.

Os resultados do mercado de câmbio "vêm balizando a ação do Banco Central no campo monetário", afirmaram técnicos da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima) no último informativo semanal, atribuindo à forte entrada de moeda estrangeira em janeiro o aumento da emissão de títulos públicos naquele mês, para "impedir que a base monetária repetisse o ritmo de expansão observado em dezembro".

Desde o início do ano até 1º de fevereiro, o Banco Central retirou do mercado R\$ 3,374 bilhões com a colocação de títulos públicos em volume superior aos resgates, realizando uma clara política contracionista. Nessa tarefa teve de trabalhar em dobro, pois os leilões do Tesouro caminharam no sentido inverso. O Tesouro injetou na economia neste começo de ano R\$ 3,2 bilhões, quase o mesmo que o câmbio, uma parcela de R\$ 1,5 bilhão logo no início de janeiro, e outra de R\$ 1,7 bilhão no começo deste mês, o que tem contribuído para

manter o "overnight" no piso da banda dos juros, perto de 3,60%.

Um novo esforço de contenção será feito no leilão da próxima semana quando o Banco Central, conforme edital divulgado sexta-feira, vai vender 5,5 milhões, que devem resultar em um movimento financeiro superior aos R\$ 3,5 bilhões de bônus que vão vencer dia 14.

Como dizem os técnicos da Andima, o quadro positivo na área externa "coloca alguns obstáculos à condução do Plano Real", pois obriga o BC a esterilizar esses recursos, para impedir a alta da inflação, aumenta a dívida interna e impõe limites à queda dos juros. "Os resultados no âmbito da Federação somando a crise fiscal dos estados e municípios, mostram que o atual patamar de taxa de juros produz efeitos perversos sobre as contas públicas", informou a Andima.

Para os especialistas, com a queda dos juros em fevereiro, o Banco Central procurou reduzir "a pressão sobre a liquidez e os juros representada pela forte entrada de recursos externos" – mas com resultados ainda imperceptíveis.

Mas os técnicos alertam que, enquanto não forem aprovadas as reformas previdenciária, administrativa e fiscal, não será possível alterar o quadro de desequilíbrio das contas públicas. "É ilustrativo de tal situação o fato de que, na esfera federal, o principal fator de expansão das despesas em 1995 foi a rubrica dos salários, que superou em R\$ 5,3 bilhões o valor referente a 1994. Esse gasto foi cerca de quatro vezes maior do que o relacionado ao pagamento dos encargos da dívida no mesmo período. Portanto, a prudência sugere que a queda dos juros só seja comemorada quando as reformas forem executadas."